



Conselho
Nacional
de Saúde

O CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) NAS ELEIÇÕES 2012



Conselho
Nacional
de Saúde

Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

2012

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) nas Eleições 2012

O CNS recomenda aos conselhos municipais de saúde que promovam junto aos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador debates com objetivo de definir compromissos relacionados com o trabalho e a gestão da saúde, com acesso e qualidade dos serviços para todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Motivados pelas propostas aprovadas na 14ª Conferência Nacional de Saúde, levamos adiante a bandeira que nos une: “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública e Patrimônio do povo brasileiro”.

Defender o SUS e o Controle Social

A saúde como direito de todos e dever do Estado está assegurada na Constituição Federal de 1988 para ser o Sistema Único de Saúde dos mais de 180 milhões de brasileiros. O SUS tem como princípio garantir o acesso integral, universal e gratuito para todos, levando em consideração as diversas particularidades e especificidades de indivíduos e populações. O SUS é singular por propiciar e dispor de práticas e processos democráticos, decorrentes da ampla participação das pessoas e movimentos sociais, a partir dos mais variados espaços constituídos, de modo informal ou formal, como são os casos das instâncias de Controle Social (Conferências e Conselhos de Saúde).

Avanços e desafios

A comunidade sempre precisou lutar para melhorar os serviços públicos. Os avanços conquistados nos últimos anos são frutos da soma de esforços e dedicação da população. Ainda estamos longe do atendimento e dos serviços que precisamos, mas estamos firmes na caminhada.

precarização das relações trabalhistas decorrentes da privatização da saúde pública tem acarretado uma alta rotatividade do pessoal e unidades trabalhando com falta de profissionais, o que gera uma perda de eficiência do sistema e o conseqüente agravamento do dramático problema das filas no atendimento à nossa população.

Devemos ainda acompanhar e cobrar a qualidade do atendimento que é feito nestas unidades, principalmente por meio de indicadores que revelem o grau de efetividade, de solução para os problemas de saúde da população, que está sendo alcançado em cada unidade, além de estabelecer metas para melhorar estes padrões.

Assim, não há dúvida de que a participação da população cidadã e inclusão social podem se dar por meio dos mais variados mecanismos de participação social. O povo possui condições de participar de forma efetiva da discussão de temas diversificados, enriquecendo qualquer processo com um olhar diferenciado do técnico, numa troca de saberes em que não haverá vencidos e vencedores, só trazendo ganhos para própria sociedade com o crescimento coletivo e projetos construídos com maior realidade.

tativa de vida dos brasileiros. Esse processo requer mudanças substanciais no planejamento e organização de sistemas, programas, serviços e ações de saúde, com ênfase em novos perfis de necessidades e demandas.

Doenças como hipertensão e diabetes afetam milhões de pessoas. Quando não tratadas, geram sofrimento para elas e custos elevados para o SUS. Hanseníase, tuberculose, sífilis, dengue – Por que não eliminá-las como problema de saúde pública?

Torna-se imprescindível a discussão e proposições sobre garantias, financiamento necessário e estável, gestão de qualidade e com responsabilidade social, fiscal e sanitária, sob a égide do interesse e direito públicos.

De acordo com os preceitos constitucionais do SUS, a prerrogativa e responsabilidade pública da gestão e gerência não podem ser transferidas ou terceirizadas para outras esferas de direito privado. As dificuldades e alternativas de melhor gerenciamento, regulação e prestação de serviços devem ser equacionadas e produzidas sob a responsabilidade pública.

Mesmo em se tratando de sistemas e serviços de saúde não vinculados ao SUS, a prerrogativa de gestão e regulamentação é unicamente pública. O SUS, não segmentado ou fragmentado, deve exercer o controle, a regulamentação e a fiscalização de todos os serviços e ações de saúde, inclusive os de natureza privada, de modo a estabelecer a preponderância do interesse público e a garantia dos direitos dos cidadãos, o que implica em desafio para a instituição de modos e meios eficazes de controle e regulação do SUS em todos os âmbitos institucionais.

A participação da comunidade (movimentos sociais e instâncias de controle social) das políticas públicas de saúde requer maior dinamismo e efetividade. O aperfeiçoamento das instâncias, processos e práticas de participação comunitária no SUS implicam em uma melhor qualificação das formas e meios de representação e mediação de demandas, sob o amparo do interesse público e responsabilidade social no reforço de tecnologias e dispositivos de apoio para o monitoramento e a fiscalização das políticas governamentais, de modo a garantir sua maior transparência e publicidade.

Há avanços na universalidade e na descentralização da saúde, especialmente, com a municipalização das ações e serviços. Mas ainda estamos a passos lentos quanto ao acesso, em razão da imposição de obstáculos para utilizar os serviços, seja por falta de condições do usuário, seja por impedimentos instituídos no âmbito dos serviços.

É necessário atualizar os patamares de qualidade, integralidade (com foco de atenção na pessoa como um todo) e equidade (serviços e prioridades de acordo com as necessidades). É imprescindível enfrentar com coragem o processo de regionalização e a baixa participação dos conselhos de saúde e rever, ajustar, aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos para o exercício do controle e da fiscalização, a exemplo dos planos de saúde, relatórios de gestão e prestações de contas da gestão governamental.

Há que se evitar a perpetuação de mortes precoces e internamentos evitáveis por doenças com tratamentos disponíveis e de baixo custo, que deveriam ser ofertados logo após as consultas nas unidades básicas de saúde.

Apesar dos avanços no número de consultas de pré-natal, as mortes maternas e infantis devido à precariedade das consultas de pré-natal e problemas previsíveis no parto e pós-parto devem cessar. Há uma tendência evidente de aumento da expect-

- Que propostas podem contribuir para que possamos conseguir mais recursos nas ações básicas de Saúde, promoção e prevenção, articulação intersetorial das entidades e instituições para melhorar a Saúde?

Não devemos esquecer as particularidades regionais, necessidades populacionais ou condições específicas de cada território, que requerem modos próprios de recursos e organização para a garantia do acesso e acolhimento com melhor qualidade. É imprescindível que tais peculiaridades sejam evidenciadas, em termos de necessidades e propostas, de modo a subsidiar o esforço constitutivo de um sistema único com abertura e flexibilidade para as realidades locais e regionais.

Defendemos a gestão do SUS sem privatização: sistema único e comando único, sem “dupla-porta”, contra a terceirização da gestão e com controle social amplo. A gestão deve ser pública e a regulação de suas ações e serviços deve ser estatal, para qualquer prestador de serviços ou parceiros.

Nestas eleições, os conselhos de saúde devem estimular a população a lutar pelo seu direito à saúde. É importante divulgar que:

- Cada 4000 habitantes têm direito a uma equipe de saúde da família.
- Cada 20 mil habitantes têm direito a uma Unidade Básica de Saúde (UBS).
- Cada 80 mil têm direito a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).
- E cada 200 mil têm direito a um hospital.

Vale ressaltar que todas estas estruturas devem ter o seu pessoal completo e trabalhando em condições dignas, pois a

Aspectos prioritários para avançar na defesa dos princípios do SUS

O acesso com acolhimento e melhor qualidade aos serviços e ações integrais de saúde implica primordialmente na expansão, incremento, fortalecimento e apoio logístico da Atenção Básica à Saúde em todo o país.

- Quais as prioridades dos candidatos para investimentos, mudanças organizacionais, suporte e apoio para a atenção básica?
- Como acolher, com qualidade, no tempo adequado as pessoas que usam os sistemas, serviços, ações, tecnologias e insumos do SUS?

Excetuados os serviços e as redes de Atenção Básica à Saúde e Saúde da Família, a maior parte dos pequenos e médios municípios brasileiros não dispõe de estruturas, recursos, pessoal e condições logísticas para garantir, em seu próprio território, o acesso integral e resolutivo para os problemas de Saúde demandados em todos os níveis de Atenção à Saúde. O que implica na tarefa e no desafio da organização de sistemas e redes regionais de Saúde, com a ordenação de fluxos e garantia de oferta e acesso aos serviços em todos os níveis de Atenção à Saúde.

Avalie com o candidato:

- Quais as situações e condições de acesso e acolhimento com qualidade nos diversos serviços de saúde que compõem as redes assistenciais regionalizadas?
- Quais as condições de acesso aos insumos e outros recursos necessários?
- Quais as prioridades para investimentos, mudanças organizacionais, suporte e apoio?